



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de
Proteção à Saúde Pública

NOTA TÉCNICA Nº 1/2017

Assunto: *linhas gerais de atuação do Ministério Público na tutela dos interesses individuais indisponíveis relacionados à assistência farmacêutica*

Conforme já abordado na Nota Técnica nº 02/2015 e no Ofício Circular nº 13/2016, a priorização da tutela coletiva em matéria de saúde não permite que se abandone o atendimento a questões individuais.

Cotidianamente, assiste-se ao aumento do número de pessoas que se dirigem às Promotorias de Justiça em busca de solução para problemas individuais de saúde. Dentre os casos que chegam às unidades ministeriais, a maioria deles diz respeito a pleitos envolvendo assistência farmacêutica.

De acordo com os dados de atendimento ao público registrados pela Subprocuradoria-Geral para Assuntos de Planejamento Institucional do MPPR, o assunto “medicamentos” ocupa a segunda colocação entre aqueles que mais geram procura pelo Ministério Público. Ao final de 2016, foi ele responsável por 11% do total de atendimentos buscados pela população.

Assim, ao lado de iniciativas coletivas para melhor organização e, mesmo, para correções no funcionamento do SUS (evitando-se, como já dito na nota técnica antes citada, que o Ministério Público e o Poder Judiciário sejam porta de entrada para fornecimento de ações e serviços públicos de saúde), revela-se oportuno perscrutar critérios que permitam ordenar o nosso agir em face de necessidades individuais, especialmente no que concerne à instrução dos procedimentos que antecedem o ajuizamento das ações e à elaboração da petição inicial.

Por isso, e tendo em mira essa atividade preparatória, o Centro de Apoio elaborou o material que integra a presente nota técnica, no qual constam linhas orientativas que apontam algumas possibilidades para se conduzir a atuação em face de pedidos individuais relacionados à assistência farmacêutica. O



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de
Proteção à Saúde Pública

objetivo do material é a de contribuir para a racionalização e qualificação dessa atuação, considerando ser ela das mais relevantes missões constitucionais outorgadas ao Ministério Público.

Anexos:

1. Nota técnica nº 02/2015
2. Ofício Circular nº 13 /2016
3. Linhas gerais de atuação do Ministério Público e na tutela dos interesses individuais indisponíveis relacionados à assistência farmacêutica